

## **Adjetivo ou advérbio? Os supostos adjetivos em uso adverbial na visão de Lúcia Lobato em livros didáticos.**

Amanda Aguiar Lima Conti <sup>1</sup>

Helena da Silva Guerra Vicente <sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo pretende mostrar como é tratada a questão dos supostos adjetivos em uso adverbial em livros didáticos, bem como a visão de estudiosos acerca do assunto, tomando como base a hipótese defendida por Lúcia Lobato (2008). A intenção do artigo também é apontar como é realizado, de uma maneira geral, o ensino de gramática nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil e como a dificuldade de se estabelecer os critérios de classificação das classes de palavras tem influenciado na abordagem do tema. Foram examinadas duas gramáticas e quatro livros didáticos, nos quais a hipótese aceita pela maioria é a do uso adverbial de adjetivo, hipótese que tem como um dos problemas a impossibilidade da distinção nítida entre as diferentes categorias gramaticais. Dentre outras conclusões, a análise dos dados mostrou que há um tratamento superficial do tema e que o livro didático não atende aos esclarecimentos que o tema demanda.

**Palavras-chave:** Adjetivo. Advérbio. Classe de Palavras. Ensino de gramática normativa. Livro didático.

### **Abstract**

This paper aims to show how the issue of supposed adjectives in adverbial use is treated in textbooks, as well as the view of scholars about the subject, based on the hypothesis supported by Lucia Lobato (2008). The intention of the paper is also showing how is performed, in general, the teaching of grammar in elementary and secondary education in Brazil and how the difficulty in establishing the criteria for the

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras Português – Licenciatura, pela Universidade de Brasília. Endereço eletrônico: mendelima@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente e pesquisadora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília. Endereço eletrônico: helenaguerravicente@gmail.com.

classification of classes of words have influenced the approach to the subject. Two grammars and four textbooks were analyzed, in which the hypothesis accepted by the majority was the adverbial use of adjective, hypothesis which has as one of the problems the impossibility of clear distinction between the different grammatical categories. Among other findings, the analysis of the data showed that there is a superficial treatment of the subject and the textbook does not meet the clarification that the subject requires.

**Keywords:** Adjective. Adverb. Class of words. Teaching of normative grammar. Textbook.

## **Introdução**

Este artigo pretende mostrar como é tratada a questão dos supostos adjetivos em uso adverbial em livros didáticos, bem como a visão de estudiosos acerca do assunto, tomando como base a hipótese defendida por Lúcia Lobato (2008). Além disso, este artigo pretende apontar como é realizado, de uma maneira geral, o ensino de gramática nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil e como a dificuldade de se estabelecer os critérios de classificação das classes de palavras tem influenciado na abordagem desse tema.

Como fundamentação teórica, serão analisadas as gramáticas de Evanildo Bechara (1994) e Cunha e Cintra (2001). Ademais serão investigados quatro livros didáticos utilizados no Ensino Médio: *Português - Literatura, Produção de Textos & Gramática* (2000), *Novas Palavras* (2003), *Português* (2008) e *Português: ser protagonista 2* (2010), sendo que somente as duas obras mais recentes possuem resenhas disponibilizadas eletronicamente pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

### **1. O ensino de gramática nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil**

O ensino de gramática nas escolas tem sido primordialmente prescritivo, utilizando-se como base a gramática normativa, que estuda apenas os fatos das línguas padrão. Geralmente, este tipo de gramática se baseia nos fatos da língua escrita, não dando ênfase à variedade oral. É uma gramática de regras, dita as normas do bem falar e

escrever, que são repetidas durante anos e são consideradas como modelos a serem seguidos.

Luiz Carlos Travaglia (2009) ao descrever a situação atual do ensino de gramática das escolas, diz que nas aulas há uma ausência quase total de atividades de produção e compreensão do texto, ocorrendo um ensino descritivo, baseado com frequência em descrições de qualidade questionável. A maior parte do tempo das aulas é gasta no aprendizado e utilização dessa metalinguagem que se repete ano após ano. Entre os principais conteúdos estudados estão a classificação de palavras e sua flexão, análise sintática do período simples e composto a que se acrescentam ainda noções de processos de formação de palavras, regras de regência e concordância e regras de acentuação e pontuação.

Neves (1990 *apud* TRAVAGLIA, 2009) realizou uma pesquisa no estado de São Paulo com 170 professores de ensino fundamental e ensino médio, onde destacou o ensino da gramática nas escolas. Por mais que a pesquisa tenha sido realizada em apenas um estado, basta conversar com alunos e professores, que veremos que a situação não é diferente em outros estados.

Em sua pesquisa, quando se perguntou “Para que se ensina gramática”, quase 50% dos professores indicam que se referem ao bom desempenho, com destaque ao desempenho ativo (maior correção, conhecimento de regras ou normas, conhecimento do padrão culto), cerca de 20% se ligam a uma finalidade teórica (aquisição das estruturas da língua, melhor conhecimento da língua, sistematização do conhecimento da língua) e menos de 1% dos professores declarou que só dá aulas de gramática para cumprir o programa, entretanto, a pesquisa mostrou que a desvalorização da gramática ocorre numa porcentagem maior do que a declarada.

Em resposta à pergunta “Para que se usa a gramática que é ensinada?”, Neves (1990 *apud* TRAVAGLIA, 2009) registrou que a maioria dos professores indicava para um melhor desempenho linguístico, registrado como “falar e escrever melhor” e para o sucesso da vida prática.

Travaglia (2009) aponta que o ensino da gramática (teoria) aparece como algo desligado de qualquer utilidade ou utilização prática, tendo objetivo em si mesmo e a finalidade de cumprir o programa está ligada ao sucesso na própria sala de aula, ou seja, acertar os exercícios. Cada escola opta por abordar a gramática de uma maneira, para o autor, essa diversidade de posições seria consequência das diversas orientações emanadas das secretarias de educação e delegacias de ensino, de diferentes formações

dos professores (teorias linguísticas mais tradicionais ou mais modernas) e da influência do livro didático adotado.

No que diz respeito ao que é ensinado, a pesquisa de Neves (1990 *apud* TRAVAGLIA, 2009) mostra que, dentre vários assuntos considerados relevantes pelos professores, as "classes de palavras" ocupam o primeiro lugar (39,71%) e em segundo lugar aparecem os exercícios de sintaxe (35,85%).

A pesquisa de Neves (1990 *apud* TRAVAGLIA, 2009) mostra que a maior parte dos professores, mais de 50%, parte de textos para a exercitação gramatical, cerca de 40% declara partir da teoria, 5% privilegia a exercitação como ponto de partida. Foi verificado que partir do texto significava "retirar de trechos" unidades (frases ou exemplos) para análise e catalogação. Travaglia (2009) diz que o papel do livro didático é importante nesse sentido, pois parece ser, infelizmente, a única fonte de consulta e informação da grande maioria dos professores no que diz respeito a fatos da língua.

## **2. As classes de palavras**

No capítulo escrito por Maria da Aparecida Pinilla (2008), intitulado *Classes das palavras*, ela nos mostra que o estudo das classes está fortemente presente no ensino fundamental e médio, sendo notório que muitas vezes se restringe apenas a um conhecimento da nomenclatura. A pesquisa já mencionada, realizada por Neves (1990 *apud* TRAVAGLIA, 2009), também mostrou que as "classes de palavras" ocupam o primeiro lugar em conteúdo trabalhado no ensino fundamental e médio do estado de São Paulo.

Pinilla (2008) questiona se abordar esse assunto repetidamente no ensino fundamental e médio seria a distribuição adequada e /ou eficiente para o ensino do português. Em seu capítulo, a autora destaca que outra pesquisa semelhante à de Neves foi realizada no Rio de Janeiro e mostra que não há muitas mudanças em relação à pesquisa em São Paulo.

O problema é que, apesar do tema ser muito estudado nas escolas, não parece ser criteriosamente tratado. Ocorre muitas vezes a mistura de critérios ou a falta desses critérios.

Perini (1997 *apud* PINILLA, 2008) compara a separação das palavras em classes à distinção dos animais em reinos, filos, classes e espécies, em ambos os casos é preciso estabelecer critérios de classificação. Para ele, "classificar as palavras implica elaborar

uma classificação sobre critérios formais (sem excluir da descrição a classificação semântica, mas separando-se nitidamente dela)" (PERINI 1997, p. 314 *apud* PINILLA, 2008). Ou seja, embora esses conjuntos de palavras possam ser estabelecidos com base em semelhanças de comportamento gramatical, a função que eles desempenham é fundamental para determinar suas características semânticas e morfológicas.

A tradição, na antiguidade, propunha da seguinte maneira a separação das classes de palavras: para Aristóteles havia nome, verbo e partícula; e para Dionísio de Trácia havia nome, verbo, conjunção, artigo, advérbio, preposição, pronome e participípio.

A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) reconhece dez classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

Os autores de gramáticas e livros didáticos concordam que é importante considerar as palavras em seus diferentes aspectos (morfológico, funcional e semântico), porém normalmente a definição de cada classe não leva em consideração os mesmos critérios, causando confusão. Na maioria das vezes, a classificação se apoia basicamente no critério semântico, complementado às vezes pelo critério morfológico.

Dando enfoque às classes de palavras estudadas no presente artigo, a seguir trata-se de como são geralmente conceituadas as classes do *Adjetivo* e *Advérbio*.

Adjetivo: É toda e qualquer palavra que, junto de um substantivo, (critério funcional), indica uma qualidade, estado, defeito ou condição (critério semântico).

Advérbio: É a palavra invariável (critério morfológico) que modifica essencialmente o verbo (critério funcional) exprimindo uma circunstância (tempo, modo, lugar, etc.) (critério semântico).

Pinilla (2008) cita uma série de pesquisas propostas por diversos autores que tratam do assunto. A autora começa por Câmara Jr. (1970 *apud* PINILLA, 2008), que defende três critérios a serem observados para classificar os vocábulos formais de uma língua: o critério semântico, o que eles significam do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua; o critério formal ou mórfico, que se baseia nas propriedades da forma gramatical; e o critério funcional, que diz respeito ao papel que

cabe ao vocábulo na oração. Para ele, não se deve considerar apenas o critério semântico como é comum, uma vez que o sentido não é um conceito independente, mas está ligado à forma. Propõe uma divisão das classes de palavras em nomes, verbos e pronomes, pois considera que do ponto de vista funcional, nomes e pronomes se subdividem em substantivo, adjetivo e advérbio e propõe ainda a classe dos conectivos com a função de estabelecer conexões entre dois ou mais termos.

Barrenechea (1963 *apud* PINILLA, 2008) propõe oito classes de palavras agrupadas em duas categorias. O primeiro grupo para palavras que desempenham função (verbos, substantivos, adjetivos, advérbios, coordenantes e subordinantes) e o segundo grupo para palavras que desempenham duas funções simultâneas (relacionantes e verbóides).

Schneider (1974 *apud* PINILLA, 2008) propõe um agrupamento de vocábulos com características estruturais comuns. Ela considera, com base nas características mórficas, a existência de cinco classes, nome, verbos, pronomes, advérbios e conectivos. Os vocábulos com derivação seriam o substantivo, o adjetivo, o numeral, verbo e o advérbio, e os vocábulos sem derivação seriam a preposição, a conjunção e o pronome.

Basílio (1987 *apud* PINILLA, 2008) trata substantivos, adjetivos, verbos e advérbios como classes envolvidas no processo de formação e considera a definição de classe complexa. Ela se detém no estudo de mudanças de classe na formação de verbos, de substantivos, de adjetivos e de advérbios. Na opinião da autora a gramática tradicional privilegia o critério semântico, o estruturalismo, os critérios mórfico e funcional; o estruturalismo privilegia os critérios mórficos e estruturais; e a gramática gerativa define as classes de palavras em termos de propriedades sintáticas.

Azeredo (2000 *apud* PINILLA, 2008) separa as palavras em lexicais ou nocionais (substantivos, adjetivos e verbos) e lexemas ou gramaticais (artigos e preposições). O autor inclui diferentes classes de palavras, de acordo com as características semânticas, morfológicas e sintáticas.

Neves (1990 *apud* PINILLA, 2008) acredita que as classes de palavras devem ser analisadas de forma isolada e afirma: “As classes de palavras constituem, seguramente, um compartimento vulnerável da organização gramatical” (1990, p. 121 *apud* PINILLA, 2008).

Acompanhando o estudo de classes desde a Antiguidade, Fernandes (1998 *apud* PINILLA, 2008) propõe uma divisão morfofuncional em: nucleares (núcleo de uma

função sintática), periféricas (determinantes do núcleo) e conectivas (elementos que estabelecem conexão entre dois termos). Para a autora, uma classe pode ter os três funcionamentos uma vez que o contexto é que determina.

Dias (2002 *apud* PINILLA, 2008) identifica dois problemas, especificar ou não o assunto. O problema em especificar o assunto de classes seria “a diferença entre o estudo de uma classe de palavra numa gramática e o tópico referente a essa mesma classe num livro didático” (2002, p.126 *apud* PINILLA, 2008) e o problema em não especificar o assunto está na “tendência de minimização do papel da gramática no estudo a língua na escola” (2002, p.128 *apud* PINILLA, 2008).

Travaglia (2003 *apud* PINILLA, 2008) chama a atenção para o fato de os professores em suas aulas abordarem conceitos para distinguir as dez classes de palavras, explicarem os subtipos de algumas, estudarem a flexão de palavras invariáveis, mas dificilmente tratarem do emprego dessas classes.

Em relação à questão do ensino das classes de palavras, Pinilla (2008) diz que dentre os problemas no ensino das classes de palavras estão a mistura de critérios e a preferência pelo critério semântico na classificação. A autora acredita que para se estabelecer as diferenças entre as classes de palavras, a melhor opção é definir cada uma utilizando os três critérios: funcional, mórfico e semântico.

Diante das pesquisas, Pinilla (2008) acredita ser necessário considerar a organização do material didático a ser trabalhado para que o ensino de classes possa contribuir para um ensino produtivo da língua portuguesa e conclui seu capítulo dizendo que é importante integrar o estudo de classes com as habilidades de leitura, para que esse estudo possa contribuir para ampliar a expressão oral e escrita do aluno, para que ele seja capaz de explorar com mais expressividade, as possibilidades combinatórias das palavras na construção do texto.

### **3. Os supostos adjetivos em uso adverbial**

A professora Lúcia Maria Pinheiro Lobato é uma das principais pesquisadoras brasileiras na área de semântica e sintaxe e segundo a professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, existe outra dimensão do trabalho de Lobato que ficou menos conhecida: sua preocupação com o ensino da língua portuguesa. Lobato foi presidente da ABRALIN, dando prioridade à pesquisa e à discussão sobre o ensino da língua portuguesa no Brasil e nesse sentido coordenou a participação da Associação na série das reuniões regionais

da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) voltadas ao diálogo com professores do ensino fundamental e médio.

Lúcia Lobato é autora de um capítulo publicado no livro *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil* (2008), chamado “Sobre o suposto uso adverbial de adjetivo: a questão categorial e as questões da variação e da mudança linguística”. Neste capítulo a autora vai defender uma nova hipótese, de que os supostos adjetivos em uso adverbial são na verdade adjetivos em uso adjetival e, para isso, Lobato apresenta uma série de argumentos e exemplos que comprovam a sua ideia.

O objetivo de Lobato (2008) é analisar os atributos categorizados como adjetivos em uso adverbial. Uma característica marcante nesse tipo de construção é o uso do adjetivo no masculino singular, ou seja, os adjetivos que se flexionam, nesse caso, não concordam nem em gênero nem em número com nenhuma expressão nominal da frase.

- (1) Elas andam torto.
- (2) Maria fazia isso automático.

Nos exemplos acima a predicação do atributo (torto e automático) se dá por uma projeção verbal (o andar é torto, o fazer era automático), assim como no exemplo (3), pois Maria canta com emoção.

- (3) Maria canta emocionadamente.

Outros dois exemplos são citados pela autora:

- (4) Elas andam tortas.
- (5) Maria canta emocionada.

No caso de (4) e (5) a predicação do atributo (tortas, emocionadas) se dá relativamente por um sintagma nominal (elas, Maria) tomado em sua função de sujeito, podendo essas frases ser consideradas as paráfrases de *Elas ficam tortas quando andam*, *Maria fica emocionada ao cantar*.

Lobato levanta uma questão em seu artigo: No que diz respeito ao estatuto categorial dos atributos (sem –mente), esses itens são adjetivos ou advérbios? E para



responder adequadamente essa questão a autora levanta quatro pontos que precisam ser explicados.

Por que esses itens têm forma invariável? Por que o uso necessário da vogal temática -o para os atributos de forma adjetiva flexionável, e não com a vogal temática -a, típica de formas claramente adverbiais (em mente)? Por que há alternância entre as formas com e sem -mente em certos contextos (5), ocorrência só da forma em -mente em outros (6), e a ocorrência só da forma sem -mente em ainda outros (7)? Como explicar a diferença semântica, para os pares das sentenças alternantes, entre a sentença com atributo em -mente e a com atributo sem esse sufixo (8)?

(5) a. Maria falou claro.

b. Maria falou claramente.

(6) a. Maria assistiu à aula atentamente.

b. \*Maria assistiu à aula atento.

(7) a. \*Elas falam altamente.

b. Elas falam alto.

(8) a. Joana fala grosso. (A voz de Joana sai grossa quando ela fala)

b. Joana fala grossamente. (Joana fala com assertividade)

Lobato (2008) descreve em seu texto algumas hipóteses existentes sobre o estatuto categorial dos itens supostos. Começa falando da *hipótese de uso adverbial de adjetivo*, em que o adjetivo em uso adverbial é membro da classe dos adjetivos, só que em contexto característico de advérbio e não de adjetivos. A hipótese explicaria a invariabilidade da forma sem -mente e o uso da vogal temática -o. As razões então para se dizer que se trata de um adjetivo em uso adverbial seriam a ausência de concordância para o atributo (*torto*) e o escopo verbal da predicação, o andar delas é torto.

O problema desta primeira hipótese é que impossibilita a distinção nítida entre as diferentes categorias gramaticais. Lobato diz que se esses itens são realmente adjetivos, têm de estar ocorrendo em contexto típico de adjetivos, além de não explicar os fatos distribucionais e a diferença semântica entre o uso do atributo com e sem sufixo -mente nas sentenças com alternância.

A segunda hipótese é a *hipótese de conversão de adjetivo em advérbio*. A conversão tem sido tratada como um processo morfológico de derivação, ou derivação imprópria. Basílio (1992 *apud* LOBATO, 2008) diz ser a conversão um “processo de transposição de uma palavra de uma classe gramatical para outra”, sem alteração da sua forma fonológica e com adoção integral das propriedades da nova classe. Um exemplo é a conversão de verbo em substantivo (os três poderes). Hummel (1999 *apud* LOBATO, 2008) e Basílio são autores que acreditam ser o exemplo (1) um caso de conversão, em que atributos como os em (1) são adjetivos que assumem globalmente as propriedades do advérbio.

Aparentemente essa hipótese resolveria o problema da distinção entre as categorias gramaticais, uma vez que sintaticamente esses itens seriam tratados como verdadeiros advérbios, pois na morfologia já teria se processado a conversão, além de resolver a questão da invariabilidade.

Entretanto, ainda assim, essa hipótese impossibilita a distinção nítida entre as diferentes categorias gramaticais do adjetivo e do advérbio, não explica o fato de o suposto advérbio não tomar, em português, a vogal típica do advérbio, e sim a vogal temática ‘o’. Não explica também os fatos distribucionais e torna impossível a explicação das diferenças semânticas.

Uma terceira hipótese é chamada de *hipótese da zona fronteira e de definição categorial por traços distintivos lexicais*. Perini (1989 *apud* LOBATO, 2008) propõe que a categoria gramatical das palavras seja identificada por meio da marcação lexical das mesmas em relação a dados traços distintivos. Ele sugere três traços: a propriedade de ocorrer após um artigo, formando a sequência um sintagma nominal; a propriedade de concordar em gênero com o núcleo do sintagma nominal a que pertence; e A propriedade de ocorrer após o verbo e sintagma nominal opcional, sem concordar, formando a sequência um sintagma verbal.

A palavra *alto*, por exemplo, é marcada positivamente para os três traços, para Perini (1989 *apud* LOBATO, 2008), pode-se estabelecer a distinção entre duas classes, mas fica aberta a possibilidade de que o terreno entre as duas não seja despovoado, é possível encontrar itens cujo comportamento gramatical seja o de um adjetivo com um ou mais traços de advérbio.

Os problemas desta hipótese são que a proposta teórica não permite captar a distinção entre os itens; a proposta é bem próxima da visão tradicional, pois também considera que há mais de uma classificação categorial para itens como *alto*; não

explicaria por que, no seu uso com o traço distintivo típico de advérbios, o adjetivo não toma a vogal temática típica do advérbio; além de que essa teoria não chegaria a nenhuma generalização explicativa acerca dos padrões distribucionais e não explica as diferenças semânticas.

Existem ainda as hipóteses de que são advérbios: *Hipótese da homofonia* e *Hipótese de advérbios em forma curta*. Nessa hipótese os itens em questão seriam advérbios, podendo ser homófonos das formas correspondentes em uso adjetival. A hipótese da conversão também resulta em homofonia, mas que surge a partir de um processo morfológico, sendo os itens em questão primariamente adjetivos. Já na hipótese da homofonia em questão, a ambiguidade categorial existe no léxico, independentemente de processo morfológico. Os que dizem que os itens em questão são advérbios na forma curta também são adeptos da hipótese da homofonia. Esta hipótese explicaria as questões da categoria gramatical e da invariabilidade.

Essa hipótese não explica por que a forma do atributo sem -mente não pode ocorrer com a vogal temática típica de advérbios; não capta os fatos distribucionais; Não capta as diferenças semânticas; e trata cada atributo sem -mente com contraparte em -mente como correspondendo a dois itens lexicais diferentes, distinguidos pela categoria gramatical.

Lúcia Lobato (2008) elabora uma nova hipótese em que defende o genuíno caráter adjetival dos supostos adjetivos em uso adverbial. Começando pelas evidências distribucionais, a autora diz que existem três tipos de ambientes para atributos com e sem -mente, em que esses têm escopo verbal e a forma sem -mente é invariável e não predica de expressão nominal manifesta. O primeiro ambiente é aquele em que só a forma sem -mente é permitida; o segundo ambiente é aquele em que só a forma com -mente é permitida; e o terceiro é aquele em que as duas formas são permitidas.

A autora acredita que quando apenas o primeiro ambiente é permitido, a predicação recai verdadeiramente sobre propriedade nominal, só que não manifesta. Quando somente o segundo ambiente é permitido, a predicação recai sobre a relação proposicional e quando as duas formas se alternam, o atributo pode ser interpretado como predicando sobre a propriedade nominal (sem -mente) ou sobre relação proposicional (com -mente).

Ao falar sobre o *uso categórico do atributo sem -mente*, Lobato (2008) defende que são casos genuinamente adjetivos, pois o atributo predica, de fato, de uma propriedade nominal, só que essa propriedade não ganha forma manifesta. Essa

propriedade nominal é uma informação integrante da estrutura léxico-conceptual do verbo em parte dos casos ou é a informação que leva à interpretação de ato verbal (independente de tempo e de sujeito).

Por exemplo, os verbos falar, ler (em voz alta) e cantar, são verbos que dizem respeito ao uso da voz, que deve, portanto estar sempre presente na estrutura léxico-conceptual de cada um deles. Quando o atributo predica uma propriedade da voz do indivíduo (registro alto ou baixo), como em (9), esse atributo só pode ocorrer sem -mente.

(9) a. Ela fala alto/baixo.

b. \*Ela fala altamente/baixamente.

O mesmo ocorre quando a informação nominal é preço ou valor, no caso, vender ou comprar caro, significa vender ou comprar por um preço alto (preço caro) e vender ou comprar barato significa vender ou comprar por um preço baixo (preço barato), como no exemplo (10).

(10) a. Ela vendeu caro a fruta.

b. \*Ela vendeu caramente a fruta.

Há casos em que a propriedade nominal de que predica o atributo é um objeto implícito. Lobato (2008) não trata esses objetos como parte da estrutura sintática da oração, mas como parte da estrutura léxico-conceptual dos verbos. O verbo sorrir no exemplo (11) significa ‘produzir sorriso’.

(11) a. Elas sorriram amarelo. (Elas sorriram um sorriso amarelo)

b. \*Elas sorriram amarelamente.

No exemplo (12) a predicação do atributo sobre o ato verbal se dá sobre o ato que o verbo traduz: ela come e o ato de comer é feito de modo escondido, ou seja, o comer é escondido.

(12) a. Ela come escondido.

b. \*Ela come escondidamente.

Resumindo, nos contextos de uso categórico da forma sem –mente, o atributo predica de propriedade nominal encapsulada no conjunto de informações semânticas do verbo, podendo em certos casos, ser interpretada como objeto implícito; e do ato que o verbo expressa.

A autora considera que nos contextos categóricos para as formas sem –mente os atributos são de fato adjetivos em uso típico de adjetivos porque os adjetivos são predicadores de propriedade nominal e nos casos vistos há predicação nominal. Outra característica é a posição desse tipo de atributo sempre na posição pós-verbal, como se a predicação sobre o verbo ‘prendesse’ o atributo nessa posição.

Quando ocorre o *uso categórico do atributo com –mente*, de acordo com sua posição na oração, esse tipo de atributo se divide em dois: atributos de posição flexível e atributos estritamente pós-verbais. Os atributos de posição flexível é quando o escopo da predicação é uma relação proposicional que inclui o sujeito e o tempo verbal, e os atributos estritamente pós-verbais é quando o escopo da predicação é o predicado, uma relação sintática que não inclui nem o sujeito nem o tempo verbal.

Os atributos de posição flexível, por sua vez, se subdividem em três, em atributos necessariamente sentenciais e não predicadores do sujeito; atributos temporais; e atributos de maneira que predicam propriedade da atitude mental do indivíduo do mundo real denotado pela expressão nominal na posição de sujeito.

Para Lobato (2008) são cinco os atributos necessariamente sentenciais e não predicadores do sujeito. Os atributos subjetivos (13) expressam uma apreciação subjetiva do falante ou do sujeito da oração mais alta em relação ao conteúdo proposicional da sentença. Os atributos intersubjetivos (14) são uma manifestação do falante para o interlocutor, de que ele sabe que a proposição é verdadeira. Os atributos veritativos (15)-(16) expressam a posição do falante ou do sujeito da oração mais alta, de que a proposição é verdadeira, ou expressam sua concordância com afirmação anterior. Os atributos modais (17) expressam a posição do falante ou do sujeito da oração mais alta, de que a relação proposicional no seu escopo é verdadeira num modo possível, provável ou necessário. Os atributos delimitadores (18) expressam um ponto-de-vista com que o falante ou sujeito da oração mais alta delimita o domínio em que a relação proposicional no seu escopo é verdadeira.

(13) a. Infelizmente, ela não leu o poema.

b.\*Infeliz, ela não leu o poema.

- (14) a. Sinceramente/Honestamente, ela não virá.  
b. \*Sincero/\*Honesto, ela não virá.
- (15) a. Certamente ela leu bem o poema.  
b. \* Certo ela leu bem o poema
- (16) a. Realmente ela virá/comeu.  
b. \*Real ela virá/comeu.
- (17) a. Possivelmente/ Provavelmente/ Necessariamente ela virá.  
b. \*Possível/ \*Provável/ \*Necessário ela virá.
- (18) a. Economicamente, a nação vai bem.  
b. \*Econômico, a nação vai bem.

Os atributos temporais (19) são aqueles que explicam o tempo ou a frequência em que o evento é verdadeiro, nessa classe também podem ser incluídos os atributos que predicam reiteração da ação, como *novamente*. Como exemplos de atributos de maneira que predicam propriedade da atitude mental do indivíduo do mundo real denotado pela expressão nominal na posição de sujeito, temos o orgulho (20) que é uma propriedade que caracteriza a atitude mental dela ao falar; a astúcia (21) que é uma propriedade que marca a postura de Maria ao fazer isso; e atributos que expressam velocidade (22) que exigem -mente se forem predicadores de propriedade do indivíduo.

- (19) a. Futuramente ela virá aqui às quintas.  
b. \*Futuro ela virá aqui às quintas.
- (20) a. Ela falou orgulhosamente de seus filhos.  
b. \*Ela falou orgulhoso de seus filhos.
- (21) a. Maria fez isso astuciosamente.  
b. \*Maria fez isso astucioso.
- (22) a. Velozmente as meninas foram evacuando o prédio.  
b. \*Veloz as meninas foram evacuando o prédio.

Os atributos estritamente pós-verbais se subdividem em dois tipos: em atributos que expressam o grau de completude do evento, não predicam propriedade do sujeito e têm como escopo de sua predicação o verbo e seus eventuais complementos (23); e em atributos de maneira que não predicam propriedade do indivíduo referido pelo sujeito, seu escopo é igualmente o predicado (24).

(23) a. Ela se dedica completamente ao trabalho.

b. \*Ela se dedica completo ao trabalho.

(24) a. Maria vive perigosamente.

b. \*Maria vive perigoso.

Lobato (2008) considera que em todos os casos, tanto os de atributos de posição flexível e estritamente pós-verbais, o uso exclusivo da forma com -mente se deve ao fato de que sempre há predicação de relação proposicional. Há ainda outro uso categórico de atributos em -mente, é o uso como intensificador, caso em que há predicação sobre o sintagma adjetivo (25).

(25) a. Ele é altamente qualificado para a tarefa.

b. \*Ele é alto qualificado para a tarefa.

Em resumo pode-se dizer que há bloqueio da forma sem –mente quando o atributo predica de relação proposicional (sentença ou relação intra-sentencial, estando aí incluído o predicado) e quando predica de adjetivo.

O bloqueio ocorre em contextos típicos de advérbios e atípicos de adjetivos. A autora diz ter aí um argumento a favor de as formas sem -mente serem adjetivos genuínos, a proibição ao uso da forma sem -mente nesses contextos se deve ao fato de ela ter o estatuto de adjetivo e não haver, nesses contextos, predicação de propriedade nominal.

Existem os atributos licenciados como adjetivos e advérbios, são os atributos alternantes. Os atributos sem –mente são estritamente pós-verbais e predicam do ato verbal e/ou, do produto resultante do evento e/ou, de propriedade nominal do verbo, como exceção para esse grupo temos os atributos que predicam sobre o tempo/aspecto do evento, como rápido e urgente. Os atributos com –mente podem ser pré-verbais, que predicam de toda a sentença, ou pós-verbais, que predicam do evento, do produto do evento (visto como causado pelo sujeito), da ação do sujeito no transcorrer do evento e do sujeito durante a ação.

Em verbos como *cantar*, *falar*, *beijar*, o atributo sem -mente pode ser visto como predicando do nominal deverbal implicado pelo verbo (*canto*, *fala* e *beijo*), mas pode-se interpretar a predicação desses atributos sem -mente como tomando o verbo por

escopo e se referindo ao ato verbal (*o cantar, o falar e o beijar*). A predicação dos atributos com -mente toma a proposição por escopo e se refere os traços aspectuais do evento.

Ao observar exemplo abaixo, no primeiro caso Maria fala com falar nervoso, e no segundo, o processo de Maria falar ocorre nervosamente, ou seja, no exemplo b, o sujeito está incluído.

(26) a. Maria fala nervoso

b. Maria fala nervosamente

A diferença de escopo acima é um argumento a favor de os atributos sem -mente serem verdadeiros adjetivos, diferentemente dos com -mente, afinal na forma sem -mente o atributo predica de um deverbal ou da forma nominal do verbo ou ainda, de propriedade nominal integrante da semântica do verbo.

Para Lobato (2008), a diferença entre o uso do atributo sem -mente e o com, nesses exemplos, é que os sem -mente predicam estritamente do ato em processo – o cantar, o falar, o beijar -, enquanto os com mente predicam da ação do sujeito durante o transcorrer do evento. Há casos em que a predicação da forma com -mente recai sobre o sujeito durante a realização da ação, e a da forma sem -mente, sobre o produto do evento ou propriedade nominal do verbo, como em (27).

(27) a. Maria escreve trêmulo

b. Maria escreve tremulamente.

Basílio (1998 *apud* LOBATO, 2008) apontou haver lacunas na produtividade das formas em -mente, sendo algumas de tipo lexical, entre essas estão formações a partir de certos nomes de cor e de propriedades físicas.

(28) a. \*azulmente, \*verdemente.

b. ?amarelamente, ?cinzentamente.

c. esverdeadamente, acinzentadamente.

d. \*carecamente

e. vesgamente, esguiamente.



Para Lobato (2008) os dados mostram que é preciso dois tipos de condições para haver formação em –mente, é preciso haver um radical com interpretação de atributo, sem interpretação de referencialidade e a presença de um traço que permita que o atributo exerça adequadamente sua predicação na sintaxe, pelo que aparenta, esse traço pode estar no afixo e/ou radical.

A autora diz ainda que há uma clara relação do afixo –a- com a interpretação de predicação sentencial e a formação do advérbio. E uma clara relação do afixo -o (característico das formações sem mente) com a interpretação de predicação nominal e formação de adjetivo.

Outro argumento a favor dos atributos sem -mente serem genuinamente adjetivos em uso adjetival é que com essa hipótese é possível explicar a radical diferença de interpretação semântica que a presença ou a ausência de -mente acarreta para alguns pares mínimos, como no exemplo (8). Essas diferenças se explicam em termos de predicação sobre propriedade nominal (atributos sem -mente) vs. Predicação sobre relação proposicional (atributos com -mente).

O uso da vogal temática -o para os atributos sem -mente não é típica de advérbios, sim de adjetivos. Outro argumento que reforça essa análise desses atributos como adjetivos é que eles podem receber variação de grau, como em (29).

(29) Elas falam rapidíssimo/altíssimo/baixíssimo.

A resposta sobre a ausência de flexão de concordância uma vez que esses itens são adjetivos é que a concordância não se dá por não haver predicação de expressão nominal manifesta.

Como evidência sintática, a autora diz que os atributos em análise podem entrar em construção comparativa, fato típico de adjetivos como em (30).

(30) a. Ela anda mais rápido/torto do que eu.

b. Ela fala mais alto/baixo/claro/enrolado/fino/grosso do que você.

#### **4. O tratamento dos supostos adjetivos em uso adverbial em gramáticas**

A gramática de Evanildo Bechara (1994) não apresenta nenhuma explicação para a relação entre os adjetivos e advérbios, atentando-se apenas às questões mais comuns das respectivas classes.

Na gramática de Cunha e Cintra (2001) existe um tópico chamado *emprego adverbial do adjetivo*, em que algumas sentenças são examinadas:

O menino dorme tranquilo.

A menina dorme tranquila.

Os meninos dormem tranquilos.

As meninas dormem tranquilas.

Para os autores, nesse caso, o adjetivo em função predicativa concorda em gênero e número com o substantivo sujeito, mas verifica-se que, por outro lado, servindo embora de predicativo do sujeito, com o qual concorda, o adjetivo modifica em todas elas a ação expressa pelo verbo e assume, de alguma forma, um valor adverbial. Citam ainda outras sentenças que teriam valor adverbial preponderante se fossem usadas da seguinte maneira:

O menino dorme tranquilamente.

A menina dorme tranquilamente.

Os meninos dormem tranquilamente.

As meninas dormem tranquilamente.

Nos exemplos acima Cunha e Cintra (2001) explicam que a forma adverbial, invariável, impede a possibilidade de concordância, justamente o elo que prendia o adjetivo ao sujeito, fazendo com isso aflorar com toda a nitidez o modo por que se processa a ação indicada pelo verbo *dormir*.

Dizem ainda “é esse emprego do adjetivo em predicados verbo-nominais, com valor fronteiro de advérbio, que nos vai explicar o fenômeno, hoje muito generalizado, da adverbialização de adjetivos sem o acréscimo do sufixo –mente.” (CUNHA; CYNTRA, 2001, p.264)

A gramática analisada parece ser favorável à hipótese de uso adverbial de adjetivo, que explicaria a invariabilidade da forma sem –mente, e à hipótese da zona fronteira e de definição categorial por traços distintivos lexicais.

## 5. Descrição dos livros didáticos escolhidos

O livro didático *Português - Literatura, Produção de Textos & Gramática* (2000) é volume único e está dividido em três unidades: literatura (26 capítulos), produção de textos (15 capítulos) e gramática (21 capítulos), que por sua vez, está dividida em fonologia (2 capítulos), morfologia (8 capítulos), sintaxe (8 capítulos) e apêndice (3 capítulos). Percebe-se claramente que o foco principal deste livro é a literatura, pois mais da metade do livro é dedicada a esse tema.

O livro *Novas Palavras* (2003) é volume único e está dividido em três unidades: literatura (27 capítulos), gramática (23 capítulos) e redação e leitura (24 capítulos). Assim como o livro *Português - Literatura, Produção de Textos & Gramática* (2000), o livro também está mais voltado para literatura, cerca de 52% do livro é dedicado a esse tema.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como objetivo auxiliar os professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Há uma avaliação das obras e após, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. Encaminhado o guia, as escolas escolhem os livros didáticos que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. Disponibilizados no portal eletrônico do MEC, encontram-se as resenhas dos livros *Português* (2008) e *Português: ser protagonista 2* (2010).

O livro *Português* (2008) é organizado em volume único, dividido em 47 unidades, constituídas, geralmente, das mesmas seções: Margens do texto, Horizontes do texto, Intertextualidade, Exame de textos, Literatura, Produção de textos e Gramática. A seção Gramática apresenta, em diferentes unidades, comentários que confrontam o padrão normativo ao uso da língua ou que evidenciam as mudanças operadas na norma através do tempo.

Segundo a resenha do PNLD 2009, a obra se destaca pela tentativa de estimular a produção oral, favorecer o trabalho com a intertextualidade e apresentar pluralidade de textos, literários ou não. Há também o cuidado, em algumas unidades, de mostrar que a variação é um fenômeno inerente aos sistemas linguísticos. Dizem ainda que com o intuito de abordar o conteúdo programático de forma objetiva, o livro se caracteriza pelo excesso de simplificação e a abordagem gramatical restringe-se à apresentação de

aspectos descritivos e normativos, não problematizando certas incongruências da gramática tradicional.

O livro *Português: ser protagonista 2* (2010) faz parte de uma coleção que possui três volumes, um para cada ano do ensino médio, sendo que cada volume da coleção é dividido em três partes: “Literatura”, “Linguagem” e “Produção de Texto”.

Segundo a resenha do PNLD 2012, do total de unidades (13 no volume 2) e capítulos presentes (37 no volume 2), quase a metade está voltada para a literatura e o restante é dedicado ao estudo da linguagem, a atenção menor fica, portanto, com a “Produção de Texto”. O trabalho com os conhecimentos linguísticos promove o encaminhamento de reflexões sobre o uso da língua e sobre conteúdos de linguística e de gramática. As atividades levam em conta a variação linguística e propõem questionamentos acerca de conceitos consagrados da tradição gramatical.

## **6. Análise dos supostos adjetivos em uso adverbial nos livros didáticos**

No capítulo 10 (Categorias Gramaticais Invariáveis) do livro *Português - Literatura, Produção de Textos & Gramática* (2000), há um tópico referente a alguns usos especiais dos advérbios. No terceiro item está escrito que o adjetivo, geralmente na forma masculina, pode ser empregado com o valor de advérbio.

O Palmeiras venceu fácil (facilmente) o adversário.

Apressado (apressadamente), o moço saiu.

Tomando como referência o artigo de Lúcia Lobato (2008), os autores de *Português - Literatura, Produção de Textos & Gramática* (2000) adotam a hipótese de uso adverbial de adjetivo. Como já mencionado anteriormente, a hipótese explicaria a invariabilidade da forma sem –mente e o uso da vogal temática –o, mas impossibilita a distinção nítida entre as diferentes categorias gramaticais, problema aliás, muito frequente em gramáticas e livros didáticos.

No capítulo 10 (Palavras Invariáveis) do livro *Novas Palavras* (2003) o que chama a atenção é um exercício proposto e a resposta correta segundo o livro do professor. O exercício 3 (página 427) trata-se de uma frase extraída de um anúncio publicado por ocasião do retorno dos atletas brasileiros que haviam participado dos

jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, fazendo referência ao expressivo número de medalhas conquistadas por eles no atletismo.

Os detectores de metais dos aeroportos vão apitar *adoidado*. (Folha de São Paulo, 17/8/2003)

A pergunta é se a palavra *adoidado* está corretamente empregada ou se deveria ser flexionada no plural, justificando a resposta baseando-se na classe da qual essa palavra faz parte nessa frase.

Em resposta, segundo o livro do professor, o aluno deveria escrever “A palavra está corretamente empregada, pois relaciona-se ao verbo apitar, funcionando como advérbio, que é uma palavra invariável (não admite plural). Adoidado equivale a ‘adoidamente/intensamente’”.

Apesar de não adentrarem profundamente na questão, os autores do exercício também parecem acreditar na hipótese de uso adverbial de adjetivo, pois afirmam que a palavra *adoidado* funciona como advérbio. Para isso eles argumentam que se trata de uso adverbial pela ausência de concordância para o atributo (característica de advérbios) e pelo escopo verbal da predicação (o apitar é adoidado). Novamente há aqui uma impossibilidade de distinção nítida entre as diferentes categorias gramaticais, além dessa hipótese não explicar os fatos distribucionais e a diferença semântica entre o uso do atributo com e sem sufixo -mente nas sentenças com alternância.

Na unidade 30 do livro *Português* (2008), na parte referente à gramática, os autores dizem que algumas palavras podem ser empregadas como advérbios ou adjetivos (pág. 309). Quando empregadas como advérbio são invariáveis (As meninas falavam alto) e quando empregadas como adjetivos são variáveis (Ele era um rapaz alto. Ela também é alta).

O autor adota a hipótese da zona fronteira e de definição categorial por traços distintivos lexicais, em que fica aberta a possibilidade de que o terreno entre as duas classes (adjetivo e advérbio) não seja despovoado, onde é possível encontrar itens cujo comportamento gramatical seja o de um adjetivo com um ou mais traços de advérbio. Lobato (2008) mostra que a proposta teórica não permite captar a distinção entre os itens e é bem próxima da visão tradicional, pois também considera que há mais de uma classificação categorial para itens como alto.

Essa hipótese, como já vista, também não explicaria por que, no seu uso com o traço distintivo típico de advérbios, o adjetivo não toma a vogal temática típica do advérbio, além de não chegar a nenhuma generalização explicativa acerca dos padrões distribucionais e não explicar as diferenças semânticas.

No capítulo 29 (Advérbios) do livro *Português: ser protagonista 2* (2010), há um tópico, denominado *Adjetivo como advérbio*, em que se diz:

“ Muitos adjetivos, no interior das orações, podem exercer a função de modificar o verbo. Atuam portanto como advérbios. Nesse caso tornam-se invariáveis, ou seja, não sofrem flexão de gênero, nem de número, sendo utilizados sempre na forma masculina. Ex: ‘A professora não entendeu a resposta, porque a menina falou *baixo*’. Há casos em que adjetivo e advérbio podem ser empregados com o mesmo sentido. Ex: ‘O ônibus chegou *rápido/rapidamente* ao destino’. No entanto, há casos em que apenas um deles é aceito. Não se diz, por exemplo, que ‘alguém namora *firmente*’, mas sim que ‘alguém namora *firme*’. Por outro lado, não se pode afirmar que ‘o batalhão resistiu *bravo*’, mas sim ‘*bravamente*’.”

Como o próprio nome do tópico diz, o livro de *Português: ser protagonista 2* (2010) é adepto a hipótese de uso adverbial de adjetivo, assim como os dois primeiros livros didáticos analisados. Como argumento, utiliza-se a ausência de concordância para o atributo. Diferentemente das outras obras, o livro traz também, a título de exemplificação e sem chegar a nenhuma generalização explicativa, alguns fatos distribucionais, mostrando ambientes em que só a forma sem -mente é permitida, ambientes em que só a forma com -mente é permitida e ambientes em que as duas formas são permitidas.

### **Considerações finais**

A pesquisa com os quatro livros didáticos mostrou que em três deles e em uma gramática, a hipótese aceita é a do uso adverbial de adjetivo, e entre alguns dos problemas desta hipótese está o fato da impossibilidade da distinção nítida entre as diferentes categorias gramaticais. No outro livro didático, a hipótese que mais se aproximou foi a hipótese da zona fronteira e de definição categorial por traços distintivos lexicais, em que fica aberta a possibilidade de que o terreno entre as duas classes (adjetivo e advérbio) não seja despovoado.

Ao se analisar o resultado percebe-se que ambas as hipóteses não resolvem com clareza a distinção entre as categorias gramaticais, pois na hipótese do uso adverbial de adjetivos, se esses itens são realmente adjetivos, têm de estar ocorrendo em contexto típico de adjetivos. E na hipótese da zona fronteira, há um ponto de interseção entre as classes gramaticais.

Ao nos depararmos com a questão: qual a relação entre o ensino da gramática normativa nas escolas de ensino fundamental e a maneira como é ensinado os supostos adjetivos em uso adverbial nos livros didáticos, alguns pontos precisam ser revistos.

O tema "classes de palavras" é o mais visto nas salas de aulas durante o ensino fundamental e médio, e apesar de ser um tema exaustivamente estudado, não parece ser criteriosamente tratado, ocorrendo muitas vezes a mistura de critérios ou a falta desses critérios, como apontou o resultado da pesquisa. Afora esses problemas, a gramática como tem sido passada aos alunos aparece como algo sem qualquer utilidade ou utilização prática.

Diante do resultado, nota-se claramente um tratamento superficial do tema, o que parece ser uma fuga a temas polêmicos, mas que são correntes. E como, infelizmente, o livro didático parece ser a única fonte de consulta e informação da grande maioria dos professores e alunos no que diz respeito a fatos da língua, a questão do suposto uso adverbial do adjetivo deixa a desejar. Perante tais considerações, Dias (2002 *apud* PINILLA, 2008) propõe estabelecer uma relação entre os estudos publicados sobre classes de palavras e o trabalho sobre o assunto desenvolvido em sala de aula, pois como diz Travaglia (2009) “a reflexão sobre os fatos da língua é condição básica para o domínio e uso da mesma”.

### **Referências bibliográficas**

ANTÔNIO, S.; AMARAL, E.; FERREIRA, M.; LEITE, R. S. . *Novas Palavras - Volume Único*. 2ª. ed. São Paulo, SP: FTD, 2003.

BARRETO, Ricardo Gonçalves (Org.). *Português: ser protagonista – 2º ano Ensino Médio*. 1ª ed. São Paulo: Edições SM, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa, cursos de 1º e 2º graus*. 35ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1994.

BORTONI-RICARDO, S. M. Compreensão de Leitura: da palavra ao texto. In: GUIMARÃES, E; MOLLICA, C. (org). *Palavra: forma e sentido*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007. Disponível em: <<http://pessoal.educacional.com.br/up/50280001/2902237/Compreens%C3%A3o%20de%20Leitura.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2013.

CAMPEDELLI, S. Y.; SOUZA, Jésus B. de. Português - Literatura, Produção de Textos & Gramática - Volume Único. 1. ed. São Paulo: SARAIVA, 2000.

*Catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2009: Língua Portuguesa*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

CUNHA, Celso; CYNTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

*Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Língua Portuguesa*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. Sobre o suposto uso adverbial de adjetivo: a questão categorial e as questões da variação e da mudança linguística. In: RONCARATI, C.; VOTRE, S. (orgs.) *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

MAIA, João Domingues. *Português – Volume Único*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2008.

PINILLA, Maria da Aparecida. Classes das palavras. In: BRANDÃO, S. F; VIEIRA, S. R. (orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2008.

Portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12391&Itemid=668](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12391&Itemid=668)>. Acesso em 30 nov. 2013.